

## A segregação espacial e dinâmica de gênero em Brasília

Rogério Rezende e Hilde Heynen

**Rogério REZENDE** é Doutorando; KU Leuven/ Universidade de Brasília; rogerio.rezende@kuleuven.be

**Hilde HEYNEN** é PhD em Arquitetura; professora na KU Leuven; hilde.heynen@kuleuven.be

### Resumo

Embora Brasília tenha sido concebida como um projeto utópico com o objetivo de forjar uma sociedade igualitária, os planejadores não deram ênfase significativa às considerações de gênero. A cidade pretendia oferecer a todos os moradores, independentemente das distinções sociais, oportunidades iguais e as comodidades urbanas necessárias para o desenvolvimento humano abrangente. No entanto, diversos estudos têm revelado que existem diferenças na forma como homens e mulheres percebem e vivem a cidade. Consequentemente, surge uma questão pertinente sobre como suas aspirações igualitárias se traduziram em realidade, não apenas em termos de hierarquias sociais, mas também em relação à dinâmica de gênero. Por meio de uma combinação de análise de discurso dos princípios fundadores de Brasília, exame de fatos históricos, escrutínio de dados demográficos e observações sociais que indicam segregação baseada em gênero, este artigo sustenta que certas características espaciais da cidade contribuíram para a discriminação baseada em gênero, afetando especialmente as mulheres.

**Palavras-chave:** Brasília, segregação de gênero, criminologia urbana, igualdade de gênero, planejamento urbano.

### Abstract

*Although Brasília was conceived as a utopian endeavor aiming to forge an egalitarian society, planners did not give significant emphasis to gender considerations. The city aimed to offer all residents, regardless of social distinctions, equal opportunities and the necessary urban amenities for comprehensive human development. However, various studies have revealed differences in how men and women perceive and experience the city. Consequently, a pertinent question arises about how its egalitarian aspirations translated into reality, not only in terms of social hierarchies but also regarding gender dynamics. Through a combination of discourse analysis of Brasília's founding principles, examination of historical facts, scrutiny of demographic data, and social observations indicating gender-based segregation, this article argues that certain spatial characteristics of the city have contributed to gender-based discrimination, particularly affecting women.*

**Keywords:** Brasília, gender segregation, urban criminology, gender equality, urban planning.

### Resumen

*Aunque Brasilia fue concebida como una empresa utópica con el objetivo de forjar una sociedad igualitaria, los planificadores no hicieron hincapié en las consideraciones de género. La ciudad pretendía ofrecer a todos los residentes, independientemente de las distinciones sociales, igualdad de oportunidades y los equipamientos urbanos necesarios para un desarrollo humano integral. Sin embargo, diversos estudios han revelado que existen diferencias en la forma en que hombres y mujeres perciben y experimentan*

*la ciudad. En consecuencia, se plantea la pertinente cuestión de cómo se han traducido en la realidad sus aspiraciones igualitarias, no sólo en términos de jerarquías sociales, sino también en relación con la dinámica de género. Mediante una combinación de análisis discursivo de los principios fundacionales de Brasília, examen de hechos históricos, escrutinio de datos demográficos y observaciones sociales que indican una segregación basada en el género, este artículo sostiene que ciertas características espaciales de la ciudad han contribuido a la discriminación basada en el género, que afecta especialmente a las mujeres.*

**Palabras-clave:** *Brasília, segregación de género, criminología urbana, igualdad de género, planificación urbana.*

## Introdução

**B**rasília é comumente descrita como um projeto utópico que visava criar uma sociedade igualitária através da sua arquitetura e desenho urbano. Como uma cidade igualitária, entendia-se que ela deveria oferecer a todos os seus habitantes, sem distinções sociais, igualdade de oportunidades e as qualidades urbanas necessárias para um desenvolvimento humano pleno.

Seu planejamento urbano e sua arquitetura, baseados nos princípios do funcionalismo, tinham como objetivo promover uma transformação social para combater a histórica segregação socioeconômica no Brasil. No entanto, apesar de reconhecerem a segregação socioeconômica como um problema a ser enfrentado, outras formas de exclusão, como a de gênero, foram naturalizadas.

Ao longo de seis décadas, Brasília foi objeto de análise em inúmeras publicações. Enquanto entusiastas celebravam, e com razão, o grande feito de se construir uma cidade em tempo recorde, e as suas qualidades urbanísticas e arquitetônicas. Críticos apontavam para as contradições envolvidas na construção da nova capital – como no documentário de Joaquim Pedro de Andrade “Brasília, Contradições de Uma Cidade Nova” (1967).

A partir da década de 1970, com a expansão da região metropolitana e a consolidação das cidades satélites, inúmeros estudiosos denunciavam o fracasso do planejamento urbano que, ao invés de combater, havia reforçado a segregação espacial da população mais pobre – como (EPSTEIN, 1973; GOSLING, 1979; HOLSTON, 1989; PAVIANI, 1985) entre muitos outros.

Apesar de uma vasta literatura sobre o tema da segregação socioespacial no Distrito Federal, prevale-

ce uma perspectiva socioeconômica sobre questões como raça e gênero. No entanto, como os relatórios recentes produzidos pela CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal) parecem indicar que a segregação socioespacial é atravessada por outras questões como as de raça (CODEPLAN, 2018, 2023) e gênero (CODEPLAN, 2019a, 2019b), mas também outras como orientação sexual e religião.

Sobre as questões de gênero, sob a ótica feminista, destacam-se as pesquisas produzidas pelo grupo “Arquitetas Invisíveis”, coordenado por Maribel Aliaga na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília e produções fílmicas importantes, como “A Saga das Candangas Invisíveis” (2008) dirigido pela arquiteta Denise Caputo, “Poeira e batom no planalto central 50 mulheres na construção de Brasília” (2010) dirigido por Tânia Fontenele e Mônica Ferreira Oliveira.

Embora Brasília tenha sido projetada e construída em um contexto histórico onde as questões de gênero não eram tão proeminentes quanto hoje, é crucial questionar como a arquitetura da cidade se relaciona com essas questões e como homens e mulheres percebem e vivenciam a cidade atualmente. Este trabalho argumenta que, apesar das intenções modernistas e igualitárias do projeto de Brasília, a cidade falha em abordar adequadamente as dinâmicas de gênero.

Para explorar essa falha, este estudo contextualiza e analisa a arquitetura e o planejamento urbano de Brasília à luz dos estudos de gênero. Investigamos como a concepção e a organização dos espaços urbanos refletem e perpetuam desigualdades de gênero, influenciando a forma como homens e mulheres experienciam a cidade. Este trabalho visa demonstrar que a promessa de igualdade subjacente ao projeto de Brasília não se concretizou de forma inclusiva, deixando lacunas significativas na vivência urbana das mulheres.

Para sustentar essa argumentação, começamos com uma revisão de literatura sobre as críticas feministas à cidade modernista, destacando como a arquitetura e o planejamento urbano frequentemente refletem e perpetuam hierarquias de gênero. A análise que será apresentada em seguida se dividirá em duas partes. Na primeira apresentaremos um panorama sobre as questões de gênero no contexto da construção da capital, para em seguida analisar os discursos fundadores e o projeto de Brasília.

Na segunda parte do artigo, examinaremos dados demográficos históricos e apropriações sociais, juntamente com dados recentes sobre crimes sexuais e a percepção de segurança. O cruzamento destas análises será utilizado como uma plataforma para a discussão da utopia de uma cidade igualitária a partir de uma perspectiva de gênero.

## **A Cidade Moderna e a Crítica Feminista**

Na primeira metade do século XX, o planejamento urbano modernista concebia a cidade ideal como uma expressão de sua época, refletindo o poder, a racionalidade e a beleza da era da máquina, bem como os ideais mais iluminados de justiça social. (FISHMAN, 1982) Para Le Corbusier, por exemplo, a cidade ideal deveria suprir de maneira satisfatória às necessidades fundamentais do homem, como moradia, trabalho, saúde e lazer. E que, devido ao seu caráter essencial, essas necessidades fundamentais seriam compartilhadas por todos, independentemente das condições geográficas, climáticas e culturais específicas. (LE CORBUSIER, 1973) Apesar de bem-intencionadas, estas aspirações universalistas foram amplamente criticadas, justamente por desconsiderarem condicionantes físicos e, principalmente socioculturais.

A crítica feminista contemporânea, apoiada nas teorias de Henri Lefebvre (1974) e Michel Foucault (1975), argumenta que, ao considerar o espaço como um produto social, este não apenas reflete a sociedade que o produz, mas também induz comportamentos ao materializar, na arquitetura dos espaços, normas, valores, hierarquias sociais e relações de gênero. Dessa forma, o espaço pode ser visto como um instrumento de controle, dominação e poder. Para a crítica feminista, o espaço nunca é neutro, mas construído de forma discursiva, ideologicamente tendenciosa e moldado de acordo com as estruturas de poder e formas de conhecimento dominantes. (SPAIN, 2014)

Dentro dessa perspectiva, Susan Saegert, em "Masculine Cities and Feminine Suburbs" (1980), demonstra que, na cultura estadunidense, os termos "cidade" e "subúrbio" são vistos como opostos, e frequentemente associados ao masculino e ao feminino, respectivamente. De forma semelhante, Dolores Hayden (1980), em "*What would a Non-Sexist city be like?*", argumenta que ideia de que "o lugar da mulher é em casa" - que se tornou um dos mais importantes princípios que orientam projetos de arquitetura e planeja-

mento urbano nos Estados Unidos – expõe o papel de cada gênero e seu lugar na sociedade, na arquitetura e na cidade.

Outra abordagem é apresentada por Hilde Heynen (2016), que associa gênero e espaço com as noções de esfera pública e privada elaboradas por Hannah Arendt e Jürgen Habermas. Heynen demonstra que, enquanto as mulheres são associadas ao ambiente privado/doméstico, os homens pertencem à esfera pública.

Este binário público-privado sugere ainda que a organização e a forma do espaço, ao mesmo tempo que definem espaços mais ou menos adequados para cada gênero, tendem a limitar a experiência urbana das mulheres a lugares privados (shopping centers e áreas residenciais) em vez de dar a elas pleno acesso à totalidade dos espaços públicos da cidade.

Além disso, Heynen argumenta que, na arquitetura modernista, o racional e o natural são explicitamente opostos; a ortogonalidade é vista como racional e masculina, em contraste com a curva, que é livre, natural e selvagem como o corpo da mulher. Essa dicotomia é bem exemplificada nas obras de Le Corbusier e Oscar Niemeyer. Le Corbusier afirma que “o homem caminha em linha reta porque tem um objetivo”. (CORBUSIER; ETCHELLS, 1929) Ou ainda, tanto no seu plano urbanístico para a Ville Contemporaine (1922) como para a Ville Radieuse (1924), o centro da cidade é representado pela verticalidade dos arranha-céus, que se impõem sobre a paisagem, como se a violassem. (FEUERSTEIN; KRENN; WIKIDAL, 1997) Já Niemeyer, em um poema inspirado em um texto de Le Corbusier, diz:

Não é o ângulo reto que me atrai. Nem a linha reta, dura, inflexível, criada pelo homem. O que me atrai é a curva livre e sensual. A curva que encontro nas montanhas do meu País, no curso sinuoso dos seus rios, nas ondas do mar, nas nuvens do céu, no corpo da mulher amada (NIEMEYER, 1998).

Nos edifícios projetados por Niemeyer, essa relação dual entre masculino-feminino fica ainda mais óbvia. É recorrente nas suas composições o uso do edifício em lâmina como aquele que abriga funções burocrático-administrativas – como símbolo da racionalidade, e as formas curvas são utilizadas em funções complementares – como as cúpulas do congresso nacional, na assembleia da sede do Partido Comunista.

Embora os exemplos citados abordem principalmente o desejo de ordem e controle na arquitetura moderna,



a reprodução do patriarcado e o papel do zoneamento na segregação de gênero, é importante lembrar que a maior parte da arquitetura e do planejamento urbano modernista foi produzida por uma elite intelectual de homens brancos de meia-idade. Não se trata apenas de destacar que eram homens brancos de meia-idade, mas sim de reconhecer que essa caracterização implica uma posição social, hierarquia racial, e um conjunto de valores e crenças associados a um contexto histórico e cultural específico, incluindo os papéis de gênero.

## **As Questões de Gênero no Contexto da Construção de Brasília**

Os anos 1950 marcaram um momento singular na história do Brasil, não apenas pela notável conquista da construção de uma cidade-capital em tempo recorde, mas também pela oportunidade de criar uma nova realidade. Na autobiografia "Por que construí Brasília" (1975), o então ex-presidente Juscelino Kubitschek utiliza os termos "desenvolvimento" e "progresso" para expressar um anseio por modernidade, que seria tanto induzido pelo avanço material e tecnológico quanto a sua causa. Kubitschek acreditava que, se o progresso fosse amplamente disseminado, poderia levar ao desenvolvimento de forma igualitária para todos, resultando na redução das desigualdades econômicas e sociais.

"Brasília deve ser, pela força, uma metrópole com características diferentes, ignorando sua realidade contemporânea, voltando-se, com todos os seus elementos constitutivos, para o futuro" (1975, p. 72).

Embora houvesse um reconhecimento da necessidade de reduzir as "brechas sociais", percebe-se que a compreensão da desigualdade estava principalmente centrada em aspectos socioeconômicos, deixando de lado outras questões, como a igualdade racial e de gênero.

Nos anos de JK (1956-1961), apesar de algumas discussões sobre questões de gênero, estas ainda estavam em desenvolvimento, como evidenciado pelos exemplos a seguir. Embora as mulheres tivessem conquistado o direito de voto e o direito ao trabalho em 1932, ainda estavam sujeitas ao consentimento de seus maridos ou pais para trabalhar, pois eram consideradas relativamente incapazes e tinham autonomia limitada. Os homens eram os chefes da família e tinham controle total sobre os ganhos, suas esposas e filhos. Tinham também o direito de decidir onde a família moraria, cabendo à esposa seguir o marido.



<sup>1</sup> É importante ressaltar que essa é uma visão ampla sobre direitos e deveres. O que não significa que todos os homens e mulheres sejam iguais entre si, pois há aí um recorte de classe e raça que não pode ser desconsiderado.

<sup>2</sup> Lei nº 4.121 de 27 de agosto de 1962.

<sup>3</sup> Lei nº 6.515 de 27 de dezembro de 1977.

Enquanto os homens tinham suas vidas públicas garantidas por lei, as mulheres estavam confinadas ao ambiente doméstico.<sup>1</sup>

Foi a partir da década de 1950, que a pressão política pela emancipação feminina se tornou mais latente, e se estendeu ao longo dos anos JK. Devido ao conservadorismo por parte dos políticos, e endossada pelo apoio da igreja católica em defesa da manutenção da estrutura familiar “tradicional”, a emancipação das mulheres (ao menos na lei) só se materializou em 1962 com o Estatuto da Mulher Casada<sup>2</sup>. O direito ao divórcio e a dissolução do casamento foram assegurados em 1977<sup>3</sup>, e somente na Constituição de 1988 foi garantida a igualdade absoluta entre homens e mulheres. (MARQUES; MELO, 2008)

De forma ampla, antes do Estatuto da Mulher Casada, os proventos da família eram responsabilidade dos homens, e às mulheres cabia o trabalho doméstico não remunerado. Assim, pode se inferir que sem a emancipação da mulher, a possibilidade de ascensão econômica das famílias era reduzida, conseqüentemente, a redução da desigualdade socioeconômica passava, necessariamente por questões de gênero.

Considerando o panorama que foi apresentado, não seria leviano afirmar que o projeto de modernidade-progresso desenhado para o país propunha uma ruptura com o passado em termos de desenvolvimento social e econômico, mas o conservadorismo nos costumes dominou o discurso durante a construção de Brasília, especialmente no que diz respeito ao papel do homem e da mulher. A compreensão deste cenário é de grande importância para compreender o contexto cultural e político em que Brasília foi projetada e construída.

Embora estas questões pareçam ser meramente teóricas, elas tiveram um impacto significativo na organização social e, conseqüentemente, na arquitetura da cidade, como mostraremos a seguir.

## **Brasília: Razão e Sensibilidade**

Na apresentação do Relatório do Plano Piloto (RPP), Lucio Costa descreve Brasília como uma “cidade planejada para um trabalho ordenado e eficiente, mas também como uma cidade viva e aprazível”, e que, com o tempo, seria capaz de tornar-se “além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país”. (1995a, p. 283)

Ao analisar essas duas frases, percebe-se uma relação de complementaridade e oposição: de um lado, há o racional, o ordenado e o eficiente; do outro, o sensível, o agradável e o aprazível. Essa dicotomia sugere a existência de dois domínios que são simultaneamente complementares e opostos - um centrado no trabalho e na vida pública, e outro na casa e na vida privada. Embora essa concepção seja elaborada no âmbito das ideias, ao examinar o desenho da cidade, essa divisão em dois domínios distintos adquire uma dimensão material.

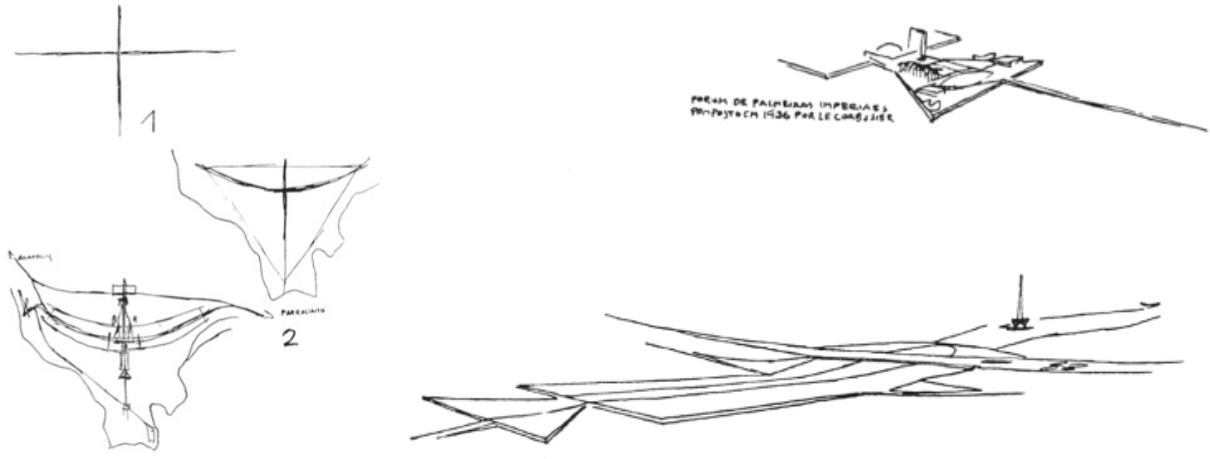
No RPP, Costa explica que a configuração da forma urbana foi concebida a partir da intersecção de dois eixos ortogonais, dos quais um permanece inalterado enquanto o outro se curva para adaptar às características topográficas do terreno. (Figura 1) E que, a forma da cidade se deu a partir do "primeiro gesto de quem marca ou toma posse de um lugar: dois eixos que se cruzam em ângulos retos, ou seja, o próprio sinal da cruz". Como afirmado pelo próprio arquiteto, o gesto se refere-se a conquista e o domínio do território selvagem, como aquele empreendido pelos conquistadores portugueses. Como um "novo" marco civilizatório, ele sugere um estágio de desenvolvimento que se distingue da colonização.

Pode-se inferir que, enquanto a cruz, no contexto colonial, designava além da conquista a expansão do catolicismo, no plano de Brasília, a cruz é despida de sua conotação religiosa e espiritual e reinterpretada como "dois eixos ortogonais que se cruzam". Ou seja, ela representa a predominância do pensamento racional, científico e geometricamente preciso - em oposição à ocupação colonial, supostamente irracional (ou desordenada).

A relação entre os eixos e a abordagem de Heynen fica mais clara quando consideramos a organização funcional da cidade. O eixo retilíneo (Eixo Monumental) define a área de trabalho, o centro administrativo e simbólico da capital, enquanto o eixo arqueado (Eixo Residencial) organiza os setores residenciais e seus usos complementares. Enquanto o eixo residencial se curva para se ajustar à topografia, o eixo monumental se sobrepõe à paisagem natural, manipulando o solo por meio de plataformas artificiais. Estas, por sua vez, foram criadas não apenas para conferir uma estética monumental à capital, mas também como uma demonstração do domínio humano sobre a paisagem natural. (Figura 1) Neste contexto, ao longo do eixo monumental, notamos predominância de ângulos retos e manipulação da paisagem, enquanto na área residen-



cial, onde a topografia original prevalece e há mais áreas verdes, sugere-se um predomínio da natureza, ainda que controlada, ou seja, um aparente domínio do sensível sobre a razão.



Figuras 1 e 2

As bases do traçado de Brasília: o cruzamento dos eixos monumental e residencial-rodoviário; O eixo monumental e a praça dos Três Poderes

Fonte: Relatório do Plano Piloto (1957)

No texto *Brasília Revisitada* (1987), considerado um documento chave para o entendimento da cidade, Costa definiu como a característica essencial de seu plano e que deveria ser preservada “a interação entre quatro escalas urbanas: monumental, gregária, residencial e bucólica”.

Estas escalas, mais que setores que abrigam atividades específicas, compreendem um sistema que torna cada uma delas identificável em sua configuração e na paisagem - como relações entre usos predominantes e complementares, áreas construídas e não edificáveis, densidade, verticalidade, afastamentos, tipologias, morfologia urbana, princípios de circulação e paisagismo.

Nesta análise, compreende-se que, em conjunto, as escalas monumental e gregária desempenham papéis distintos: enquanto a monumental representa o centro simbólico da capital, a gregária representa o centro cívico da cidade, funcionando como local de trabalho, administração pública e monumentos nacionais. Ambas foram posicionadas ao longo do Eixo Monumental, composto por duas avenidas de seis faixas cada, separadas por uma vasta esplanada não edificável que liga a Praça dos Três Poderes à estação ferroviária.

Essas avenidas têm início na Praça dos Três Poderes - uma praça retangular que abriga o Palácio Presidencial e o edifício do Congresso em destaque. Ao longo da esplanada, os ministérios são organizados em uma sequência ordenada e igualmente espaçada, seguidos pela catedral, setor cultural, estação rodoviária central, setor de entretenimento e hospedagem, praça municipal, setor militar e, por fim, a estação ferroviária.

Já a escala gregária é definida a partir da intersecção dos dois eixos (rodoviário-residencial e monumental), onde o arquiteto previu a construção de uma praça elevada sobre este cruzamento, e sob ela a estação rodoviária central. Vale ressaltar que o papel da plataforma rodoviária vai além das duas funções (rodoviária e praça cívica), ela é também uma infraestrutura crucial para o funcionamento da cidade, articulando o sistema viário em três níveis e evitando assim a interrupção do eixo monumental.

Na face oeste da plataforma foi localizado o setor de diversões, enquanto na face leste foi destinado ao setor cultural, ambos se organizando em dois blocos - sul e norte. A morfologia do setor de diversões assemelha-se a um quarteirão tradicional, composto por um conjunto de edificações conectadas por passagens de pedestres e pequenas praças, concentrando atividades culturais e de entretenimento, como cafés, restaurantes, cinemas, salas de concertos e teatros. Adjacente ao setor de diversões estão os setores comercial e hoteleiro, e ao cultural estão os setores bancário e de autarquias.

Exceto pelo setor cultural e o setor de diversões (que possuem cerca de 20 metros de altura, ou seja, 6 pavimentos, contados a partir da cota da plataforma superior da rodoviária), os demais setores têm edifícios com até 50 metros de altura (cerca de 15 pavimentos). A densificação, verticalização, proximidade entre os edifícios, predominância de áreas edificadas sobre áreas verdes e a concentração de atividades comerciais (escritórios, lojas, bancos, hotéis, restaurantes, entretenimento etc.) fazem com que essa escala seja facilmente identificada como o centro da cidade.

Na face leste da plataforma foram situados a casa de chá e a ópera, formando o setor cultural. Este setor, que se estende da plataforma rodoviária até a esplanada, também abrigaria outras instituições culturais, como a biblioteca e o museu nacional, e de certa forma a catedral metropolitana, localizada em uma praça separada do conjunto.

Ao lado do setor cultural, encontra-se a esplanada dos ministérios, onde os blocos de edifícios ministeriais são dispostos lado a lado. A vasta esplanada não construída, juntamente com o espaçamento uniforme entre os edifícios e a arquitetura excêntrica de Niemeyer, resultam em espaços marcados pela monumentalidade, racionalidade e artificialidade.

Já na escala residencial, a quadra é a unidade fundamental, com dimensões de aproximadamente 300x300m, rodeada por uma faixa densamente arborizada que conferiria proteção e a preservar a intimidade. Dentro da quadra, os edifícios de habitação coletiva de seis andares foram dispostos livremente em pilotis.

Embora não houvesse uma determinação explícita no RPP sobre a organização interna dos edifícios, ao analisar as primeiras unidades construídas, nota-se a configuração de uma setorização das áreas sociais, íntimas e de serviço. As áreas sociais foram alinhadas junto a uma face da edificação, determinando assim a fachada principal dos edifícios que, em sua maioria possuíam grandes aberturas envidraçadas. Na face oposta à social, foram localizadas as áreas de serviço (cozinha, lavanderia, despensa, banheiro e quarto de empregadas), conseqüentemente, determinavam assim a fachada de serviço, muitas delas receberam vedação com blocos vazados (cobogós). Vale ressaltar que nas primeiras duas versões Código de Obras e Edificações do Distrito Federal (1960, 1967), usa-se a terminologia "quarto empregada" para designar os dormitórios de serviço, o que foi alterado para "compartimento de serviço" na versão de (1998).

O acesso de automóveis, tanto às quadras como aos edifícios de apartamentos seria feita por uma única entrada, percorrendo vias sinuosas com a intenção de reduzir a velocidade, garantindo maior segurança aos pedestres. Ainda, dentro de cada quadra, foi localizado a escola primária e o jardim de infância. Segundo Costa, a configuração das superquadras, assim como os apartamentos de seis andares permitiriam que "mães" observassem as crianças pela janela enquanto elas brincam em áreas públicas. (COSTA, 1995b, p. 308)

No encontro de duas quadras, foi localizado um pequeno comércio local, disposto linearmente ao longo de um dos lados de cada quadra e perpendicularmente ao eixo residencial. A fachada do comércio estaria voltada para a faixa de arborizada, e não para a rua, sendo acessada por pedestres pela parte interna.

Ao final de cada rua comercial foram localizados lotes institucionais ou destinados a equipamentos de lazer – como clube de vizinhança e cinema – localizados ao final da rua comercial, e o jardim de infância e posto de saúde no interior da quadra.

O conjunto de quatro quadras conformaria a superquadra, o que seria equivalente ao tamanho e densidade de um bairro e dotada de atividades e equipamentos de apoio à vida cotidiana. Estes usos complementares possibilitariam que os habitantes tivessem fácil acesso a estes equipamentos a pé.

Já a escala bucólica, que confere ao conjunto característica de uma cidade-parque, corresponde às áreas verdes pouco ou não edificáveis, predominando assim as áreas verdes sobre as edificadas. Ainda, ela atuaria como elemento articulador da paisagem, estando presente (em menor ou maior escala) nas outras escalas – compreendendo as áreas livres, pavimentadas ou verdes – e que confeririam unidade a cada uma das outras escalas em suas variações.

Com base nas críticas feministas, é possível afirmar que há evidências de que a cidade se divide em duas esferas opostas: uma centrada no masculino, caracterizada pela racionalidade e voltada para o trabalho organizado e eficiente (escalas gregária e monumental), e outra associada ao ambiente feminino, doméstico, natural e sensível (escalas residencial e bucólica). Além disso, pode-se dizer que leitura de Costa sobre a cidade não apenas determina o lugar de homens e mulheres, mas também explícita ao papel das mulheres como mães e responsáveis pelo lar.

Outra possível análise sugere que a organização das escalas indica um sistema hierárquico, que se manifesta na forma e disposição da cidade em círculos concêntricos. Este sistema começa no centro político-administrativo (escala monumental), passa pelo centro econômico (escala gregária), pelas áreas residenciais (escala residencial) e, na extremidade, atinge a escala bucólica. Assim, a escala residencial se situaria entre a racionalidade da escala gregária e a “natureza selvagem” da escala bucólica. Isso sugere a existência de uma zona de transição entre o racional e o selvagem, um espaço que necessita ser mediado, controlado e protegido.

Embora essas questões pareçam meramente teóricas e abstratas, elas se refletem não apenas no desenho urbano, mas também na maneira como homens e mulheres percebem e vivenciam a cidade.

## **Mudanças demográficas e dinâmicas sociais: o papel de homens e mulheres na cidade**

Mais de seis décadas separam o plano de Costa da Brasília atual. Embora inicialmente a cidade tenha sido aclamada pelo seu planejamento urbano e pelas nobres intenções de criar uma sociedade mais igualitária, foi desacreditada pelo rápido crescimento de outros núcleos urbanos afastados da capital, onde concentra a população mais pobre.

Além disso, vale ressaltar que, somado as políticas urbanas, mudanças espaciais, sociais e econômicas influenciaram a ocupação do território e o comportamento de seus habitantes. A evolução dos perfis familiares ao longo do tempo revela outros arranjos sociais, além de mudanças significativas nos papéis desempenhados por homens e mulheres e na maneira como ocupam a cidade.

Como é sabido, desde o início de sua construção, Brasília atraiu uma grande migração, inicialmente composta por trabalhadores da construção civil do sexo masculino e, mais tarde, por suas famílias. (IBGE, 1959) Muitos desses migrantes foram alojados em assentamentos temporários próximos ao local da construção da capital, os quais foram posteriormente transformados em cidades satélites. Outros foram realocados para cidades satélites planejadas para receber essas pessoas, além de outros migrantes e do próprio aumento populacional.

Em 1960, quando a cidade foi parcialmente inaugurada, a população era de 14.0164 habitantes. Deste total, 48% residiam na capital e 52% divididos entre os assentamentos informais e as cidades satélite - dos quais 62,2% eram homens e 37,8% eram mulheres.

Naquele momento, a percentagem de mulheres economicamente ativas era de 13,4%, com os homens sendo os principais responsáveis pelo provimento da casa. Esses dados podem ser atribuídos a vários fatores, incluindo a concentração de empregos na construção civil (dominada por homens), a alta taxa de fertilidade (seis filhos por mulher), que impunha às mulheres a responsabilidade de cuidar da casa e da família, e as restrições legais ao trabalho feminino. (IBGE, 1960)

É importante destacar que as questões de gênero estão entrelaçadas com outras, como classe e raça. Por exemplo, nas cidades satélites, a maioria da popu-



lação é composta por pessoas de baixa renda e de origem étnica negra ou parda. Para muitas dessas mulheres, devido às responsabilidades de cuidar dos filhos e das tarefas domésticas não remuneradas em suas próprias residências, as mulheres de classe baixa ficavam confinadas ao âmbito doméstico. Por outro lado, aquelas que, por diversos motivos, precisavam contribuir com a renda familiar, frequentemente encontravam emprego no trabalho doméstico.

Nas superquadras e em outras áreas residenciais de Brasília, era comum que as famílias de classe média contassem com empregadas domésticas para realizar as tarefas domésticas e cuidar das crianças. Muitas dessas empregadas moravam no local de trabalho, em espaços menores geralmente ligados às áreas de serviço, nos fundos das casas ou apartamentos. Mesmo para mulheres de classe média, que geralmente tem acesso à educação formal avançada e uma relativa autonomia para decidir trabalhar, as oportunidades de emprego também eram mais limitadas em comparação com os homens. Grande parte das oportunidades de trabalho também estava concentrada nos cuidados e na educação – professoras, pedagogas, enfermeiras etc.



Figura 3

Mulheres caminhando pelo comércio local de uma superquadra na asa sul  
Fonte: Ar-DF, década de 1960





Figuras 4 e 5

Homens confraternizando sob a estação de ônibus no centro de Brasília; Cine Ritz: um dos cinemas do setor de entretenimento do sul. Fonte: Ar-DF, década de 1980

Assim, é possível afirmar que o zoneamento urbano, a concentração de determinadas instalações (como escolas, creches e hospitais) e as características socioculturais, como a presença de empregadas domésticas, contribuíram para estabelecer as superquadras como espaços predominantemente ocupados por mulheres e crianças. (Figura 3)

Já no centro da cidade, como se verá a seguir, uma outra lógica é percebida. Nas primeiras décadas após sua inauguração, as áreas centrais de Brasília ainda estavam em construção, com operários da construção civil, profissionais liberais e burocratas da administração pública trabalhando lado a lado. Neste contexto, surgiram os primeiros espaços de encontro e socialização. Nos arredores da rodoviária, por exemplo, os trabalhadores tinham como ponto de encontro os bares improvisados sob o Touring Clube. (Figura 4)

Ao final década de 1960, quando os primeiros edifícios do Setor de Diversões foram inaugurados, algumas representações consulares ocuparam provisoriamente parte das salas disponíveis. Nesse ambiente, surgiram atividades comerciais e culturais para atender à clientela durante o horário de trabalho, como cinemas, teatros, cafés, livrarias e restaurantes. (NUNES, 2009) No entanto, ao cair da noite, depois do horário de trabalho, outras atividades surgiam nos subsolos do setor (incluindo bordéis, casas de massagem, boate gay e casas noturnas) que tinham como público-alvo os trabalhadores da região, além, claro, dos políticos e visitantes hospedados no setor hoteleiro.

Na década de 1970, quando as representações internacionais foram transferidas para as suas sedes definitivas, as atividades comerciais voltadas para esse grupo foram aos poucos encerrando suas atividades. Paralelamente, os cinemas passaram a exibir comédias eróticas também conhecidos como pornochançadas. Vale ressaltar que estes filmes apresentavam situações eróticas de exploração anatômica do corpo feminino e, posteriormente cenas explícitas de sexo. Na década de 1980, alguns dos cinemas passaram a exibir sessões de filmes deliberadamente pornográficos, intercalados com performances de sexo ao vivo. Em frente a cinemas como o Cine Ritz, prostitutas se posicionavam para divulgar a agenda do dia e oferecer seus serviços. (Figura 5)

Essa confluência de fatores resultou na conformação de um ambiente pouco amigável para mulheres que passaram a evitar a área central. Ao mesmo tempo, surgiam outras opções de lazer e entretenimento para a classe média - como shopping centers, clubes privados ou mesmo o comércio local nas superquadras - que passariam a ser mais amigáveis ao público feminino.

Desde os anos 1980, o crescimento da região metropolitana permitiu a expansão do mercado de trabalho com a consolidação de cidades-satélites. No entanto, os salários mais altos continuaram a ser pagos no setor público, concentrado em Brasília. Embora a inclusão de mais mulheres no mercado de trabalho tenha contribuído para o aumento da renda familiar, a desigualdade entre o centro e a periferia persistia. (PAVIANI; TURKIENICZ, 1987)

De acordo com um relatório da CODEPLAN publicado em 2013, 47,22% das ofertas de trabalho no DF estavam concentradas no Plano Piloto, onde 93,6% dos habitantes trabalham perto de suas residências. Na época, a região central de Brasília concentrava empregos nos setores de serviços, comércio e administração pública, atraindo mais de 666.000 trabalhadores diariamente. Outra descoberta significativa foi que, naquele ano, 58,7% das residências no Plano Piloto utilizavam serviços domésticos, em contraste com as regiões mais distantes, onde essa taxa era de apenas 1,5%. (MIRAGAYA, 2013)

Historicamente, o trabalho doméstico sempre foi majoritariamente realizado por mulheres. Até meados de 2015, quando foi sancionada a Lei Complementar nº 105 (PEC das Domésticas), era comum que empregadas domésticas morassem na casa dos seus emprega-

<sup>4</sup> Nas primeiras versões do Código de Edificações do DF, o alojamento de serviçais é designado como quarto ou dependência de empregada. Em versões posteriores do código, o termo quarto ou dependência empregada foi substituído por empregados ou funcionários.

dores.<sup>4</sup> Com a PEC, a residência dessas trabalhadoras no local de trabalho foi dificultada, tornando necessário o deslocamento diário das áreas periféricas para Brasília.

Em 2017, 32,4% das famílias tinham uma estrutura monoparental feminina, e dois terços dessas famílias residiam em áreas periféricas. O que demandava que mulheres chefe-de-família, após o turno de trabalho, voltassem para casa, onde realizariam um segundo turno de trabalho não remunerado - seja no cuidado dos filhos ou nas tarefas domésticas. Vale ressaltar que no Brasil, mulheres gastam em média 9,6 horas semanais a mais que os homens em tarefas domésticas e cuidados. (NERY; BRITTO, 2023) Além disso, é importante destacar outro aspecto: 6,5% da população negra está envolvida em trabalho doméstico, desempenhando funções como empregadas domésticas, faxineiras, babás, cuidadores, jardineiros e motoristas. Esses cargos são ocupados predominantemente por mulheres, e as mulheres negras representam 80% desse segmento da força de trabalho. (CODEPLAN, 2023)

De acordo com o relatório "A inserção das Mulheres no Mercado de Trabalho do Distrito Federal" (CODEPLAN, 2019a), embora a população feminina em idade ativa seja maior do que a masculina, o número de mulheres em atividades laborais remuneradas é menor. Entre as mulheres economicamente ativas, 34% foram absorvidas pelos setores público, de educação, saúde e assistência social, 15% atuam em alimentação, alojamento e atividades artísticas e recreativas, e 12,3% trabalham em serviços domésticos.

Considerando a dupla carga de trabalho enfrentada por mulheres em suas residências, juntamente com a prevalência de sua ocupação em setores como educação, saúde e serviços domésticos, combinados com o zoneamento urbano que tende a concentrar tais atividades nas áreas residenciais, pode se afirmar que as mulheres permanecem mais tempo em áreas residenciais do que nas centrais. Este fenômeno, por sua vez, contribui para reduzir a presença de mulheres nos espaços públicos, favorecendo assim uma segregação de gênero no ambiente urbano. Esses dados são consistentes com os resultados de estudos que investigam a percepção das mulheres sobre os espaços urbanos.

Uma pesquisa realizada em Brasília por Souza, Bittencourt e Taco (2018) teve como objetivo identificar os fatores que levam as mulheres a mudarem de ca-

minho ao andar a pé e quais são seus maiores medos nos espaços públicos. As participantes foram questionadas sobre os principais motivos que as faziam evitar determinados locais. Os resultados mostraram que o maior medo das mulheres ao andar em espaços públicos é a violência física ou sexual. Esse medo estava relacionado à presença de pessoas desconhecidas e a ruas ou calçadas escuras ou desertas. Embora as características físicas do espaço público sejam significativas, o impacto psicológico da ameaça representada por pessoas desconhecidas parece ser o principal motivo para as mulheres evitarem esses espaços.

Em uma outra pesquisa, Ferraz (2017) relacionou o índice de crimes e a sensação de insegurança em relação aos aspectos físicos do espaço público na região metropolitana de Brasília. O estudo revelou que as pessoas se sentem mais seguras em seu próprio bairro do que em outros bairros. Nesses últimos, a insegurança estaria relacionada também a presença de pessoas desconhecidas. Sendo que, a sensação de insegurança foi apontada como menor em casa do que em espaços públicos pelos mesmos motivos.

Dados recentes da Secretaria de Segurança Pública do DF informam que registrados 607 crimes de estupro em 2021. Os registros mostram que 64,3% dos estupro foram cometidos contra crianças (0 a 14 anos de idade), sendo 88,4% das vítimas do sexo feminino.

Embora as mulheres se sintam mais inseguras no espaço público, os dados revelaram que 49% dos estupro ocorridos acontecem dentro do ambiente doméstico, e apenas 25% em áreas públicas. Já os dados que envolvem crianças, o número de casos registrados no interior das residências é de 75,5%. Os registros informam também 516 casos de importunação sexual, dos quais 17,8% aconteceram em via pública, 34,3% no interior do transporte público e 30% no interior das residências. (SSP/DF, 2022)

Esses dados mostram que Brasília não é tão diferente de outras cidades quando se trata de segregação de gênero e da ameaça que as mulheres sentem em espaços públicos. Contudo, ao considerar as intenções igualitárias do seu projeto, pode se afirmar que ele não considerou a igualdade de gênero como parte de seus ideais igualitários. E que os resultados disso pode ser percebido nas pesquisas acima citadas, que se traduzem em evidências de uma segregação de gênero.

Nos últimos anos, o aumento no número de pesquisas e relatórios técnicos como aqueles citados aqui,

reforçam nosso argumento, ao mesmo tempo que indicam uma maior consciência para intersecções entre as questões de gênero e o espaço. Além disso, uma sucessão de mudanças de contexto de ordem social, econômica, política e cultural em vez de combater, solidificaram a desigualdade de gênero que já estava inscrita no plano urbano.

## **Conclusão**

Este artigo buscou demonstrar que, embora as intenções universalistas de Brasília possam parecer igualitárias, elas não o são a partir de uma perspectiva de gênero. A revisão de literatura mostrou que as questões de gênero não são apenas retóricas, mas práticas. Como apontou Lefebvre, a arquitetura da cidade e dos edifícios, como produto social, está diretamente relacionada à sociedade que a produz. Considerando que a sociedade brasileira — assim como outras citadas no texto — tem suas raízes no patriarcado, essas arquiteturas refletem naturalmente as hierarquias de gênero. Nesse sentido, a organização funcional, as normas que regulam a organização e os parâmetros para a elaboração dos espaços informam sobre hierarquias de gênero.

Contudo, para evitar um anacronismo ao analisar determinado fato arquitetônico, deve-se considerar a sociedade no tempo em que ele foi projetado. Assim, ainda que Brasília buscasse ser uma cidade igualitária, ela é uma cidade de seu tempo. Como os avanços mais significativos nas políticas de equidade de gênero ocorreram após sua inauguração, é natural que ela fosse mais conservadora nesse aspecto.

Entretanto, esse entendimento mais compreensivo da história e dos espaços e seus agentes-autores não deve ser confundido com condescendência. Costa, como muitos homens e até mesmo mulheres de sua época, compartilhavam das visões dominantes de seu tempo. Consequentemente, Brasília, como produto dessa sociedade, materializaria essas relações de gênero.

Ao contrário das pessoas envolvidas em sua construção, que já não estão mais presentes, a cidade permanece viva e continua a reproduzir discursos e práticas de mais de meio século atrás, como a análise dos dados socioeconômicos e criminais demonstrou. Isso se deve tanto à permanência do projeto quanto a práticas consolidadas no planejamento urbano, na arquitetura, nas normas e regulações, e na gestão política da cidade.



Portanto, reconhecendo a importância das questões de gênero para compreender as dinâmicas sociais no espaço, é crucial considerar a arquitetura da cidade e dos edifícios não apenas como produto social, mas também como instrumento de mudança. Para que essa mudança ocorra, é essencial não apenas revisar a história, mas fazê-lo com uma perspectiva de reflexão e ação no presente, seja na reavaliação do projeto, das práticas profissionais consolidadas, das normas e regulações de uso do solo e dos códigos de construção. E claro, tratando-se de Brasília como patrimônio da humanidade, repensar a cidade implica necessariamente refletir sobre quais princípios ainda fazem sentido preservar, se o objetivo é a construção de uma cidade mais justa e igualitária.

## Referências

*A Saga das Candangas Invisíveis.*, 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DTy3t69E3Pg>>. Acesso em: 20 jul. 2020

*Brasília, Contradições de Uma Cidade Nova.* Brasil: Filmes do Serro, , 1967. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=eH\\_5Tf7dXrk](https://www.youtube.com/watch?v=eH_5Tf7dXrk)>

CODEPLAN. *O Perfil Sociodemográfico da População Negra do Distrito Federal.* Brasília: GDF, 2018. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Estudo-Retratos-Sociais-DF-2018-O-perfil-sociodemografico-da-populacao-negra-do-Distrito-Federal.pdf>>.

CODEPLAN. *A inserção da mulher no mercado de trabalho do Distrito Federal.* Governo do Distrito Federal, , 2019a. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Boletim-Mulheres-PED-DF-2019.pdf>>

CODEPLAN. *Mercado de trabalho, gênero e uso do tempo.*, Mach 2019b. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/mercado-de-trabalho-genero-e-uso-do-tempo-no-distrito-federal/>>. Acesso em: 5 dez. 2019

CODEPLAN. *Retratos Sociais DF 2021 - O perfil sociodemográfico da população negra do Distrito Federal.* 1. ed. Brasília, Brazil: CODEPLAN, 2023.

*Código de Obras e Edificações do Distrito Federal - Lei 2.105/ 1998 -.* Governo do Distrito Federal, , 9 out. 1998. Disponível em: <<https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/4c841fd-5-ea46-3b8f-9656-5ce1d3323f57/8140e3cf.pdf>>

CORBUSIER, L.; ETCHELLS, F. *The City of Tomorrow and Its Planning.* London: J. Rodker, 1929.

COSTA, L. *Brasília Revisitada 1985-87: Complementação, Preservação, Adensamento e Expansão Urbana.* Diário Oficial do DF, , 14 out. 1987. Disponível em: <[http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/2-decreto-10\\_829-1987.pdf](http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/2-decreto-10_829-1987.pdf)>

COSTA, L. Relatório do Plano Piloto de Brasília (1957). Em: *Lucio Costa: Registro de uma vivência.* São Paulo, SP: Empresa das Artes, 1995a. p. 283–299.



COSTA, L. O urbanista defende sua cidade. Em: *Registro de uma vivência*. São Paulo, Brazil: Empresa das Artes, 1995b. p. 301–310.

EPSTEIN, D. G. *Brasília, plan and reality: a study of planned and spontaneous urban development*. Berkeley: University of California Press, 1973.

FERRAZ, F. R. *Relações entre desenho urbano e ocorrências criminais: o caso do Distrito Federal*. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

FEUERSTEIN, G.; KRENN, J.; WIKIDAL, E. *Androgynos: das Mann-Weibliche in Kunst und Architektur = the male-female in art and architecture*. Stuttgart: A. Menges, 1997.

FISHMAN, R. *Urban utopias in the twentieth century: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, and Le Corbusier*. 1st MIT Press pbk. ed ed. Cambridge, Mass: MIT Press, 1982.

FOUCAULT, M. *Surveiller et punir : naissance de la prison*. Paris: Gallimard Paris, 1975.

GOSLING, D. Brasilia. *Third World Planning Review*, v. 1:1, p. 41–56, 1979.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Código de Obras e Edificações do Distrito Federal - Decreto no 7/1960*. Governo do Distrito Federal, , 13 jun. 1960.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (ED.). *Código de Edificações de Brasília - Decreto no 596/1967*. Governo do Distrito Federal, , 8 mar. 1967.

HAYDEN, D. What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 5, n. S3, p. S170–S187, abr. 1980.

HEYDEN, H. Modernity, Gender and the City. Em: TOSTÕES, A.; INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO (LISBON, P. (Eds.). *The shape of the city*. [s.l: s.n.]. p. 76–91.

HOLSTON, J. *The modernist city: an anthropological critique of Brasília*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

IBGE. *Censo Experimental de Brasília: População, Habitação*. IBGE, , 17 maio 1959. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/3125>>

IBGE. *Censo demográfico : 1960*. Rio de Janeiro, Brasil: IBGE, 1960.

KUBITSCHKE, J. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.

LE CORBUSIER. *The Athens charter*. New York: Grossman Publishers, 1973.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Ed. Anthropos Paris, 1974.

MARQUES, T. C. DE N.; MELO, H. P. DE. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962: ou como são feitas as leis. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 463–488, ago. 2008.

MIRAGAYA, J. *Perfil da Distribuição dos Postos de Trabalho no Distrito Federal: Concentração no Plano Piloto e Déficits nas Cidades Satélite*. Codeplan, , abr. 2013. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Perfil-da-Distribuição-dos-postos-de-Trabalho-no-DF-Concentração-no-Plano-Piloto-e-Deficits-nas-Cidades-Dormitório.pdf>>

NERY, C.; BRITTO, V. *Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas* | Agência de Notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

NIEMEYER, O. *As curvas do tempo: memórias*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Revan, 1998.

NUNES, B. F. Elementos para uma sociologia dos espaços edificados em cidades: o “Conic” no Plano Piloto de Brasília. *Cadernos Metr pole*, v. 21, p. 13–32, 2009.

PAVIANI, A. *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto Ed. Associations, 1985.

PAVIANI, A.; TURKIENICZ, B. (EDS.). *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília, Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília : Codeplan, 1987.

*Poeira e batom no planalto central 50 mulheres na construção de Brasília*. Petrobras, , 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9rxJUc8kbSk&t=1s>>

SAEGERT, S. Masculine Cities and Feminine Suburbs: Polarized Ideas, Contradictory Realities. *signs Signs*, v. 5, n. 3, p. S96–S111, 1980.

SOUZA, A. C. S.; BITTENCOURT, L.; TACO, P. W. G. Women’s perspective in pedestrian mobility planning: the case of Brasília. *Transportation Research Procedia*, v. 33, p. 131–138, 2018.

SPAIN, D. Gender and Urban Space. *Annual Review of Sociology*, v. 40, n. 1, p. 581–598, 30 jul. 2014.

SSP/DF. *Crimes contra a dignidade sexual no DF*. Brasília, Distrito Federal: [s.n.]. Disponível em: <[https://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/Analise-FSP-004\\_2022-Crimes-contra-a-dignidade-sexual\\_-DF\\_2021-e-ultimos-anos.pdf](https://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/Analise-FSP-004_2022-Crimes-contra-a-dignidade-sexual_-DF_2021-e-ultimos-anos.pdf)>.